

TRADUÇÃO TÉCNICA, TERMINOLOGIA E CRIATIVIDADE

Diana Santos*

Introdução

Um dos preconceitos mais arraigados na disciplina dos estudos de tradução e no público em geral é que existe uma diferença fundamental entre tradução literária e tradução técnica. Ou seja: A primeira é uma arte, é uma tarefa que exige acentuado sentido estético e literário, enquanto a outra é uma técnica que exige sobretudo conhecimento do assunto em questão e que, quanto menos criatividade envolver, melhor. Associada a esta conceção do mundo vem a ideia de que um escritor literário escreve bem, e que um escritor técnico não – ou, melhor, que esse não é o seu principal papel, visto que se trata de géneros diferentes.

Neste texto pretendo congregiar vários argumentos contra estas duas ideias, e referir que muitas das teorias para a tradução de cada uma das áreas podem ser aplicadas à outra, enfatizando a necessidade de um tradutor ser criativo.

1. O que interessa é o que se diz, não o como...?

Num texto escrito para ser lido por outros, a dicotomia entre o quê e o como é pouco produtiva, visto que a forma como se diz uma coisa é o que se diz. A maneira de explicar um tema, ou de contar uma história, é parte integrante do texto.

Em abono desta afirmação, cito autores (literários) consagrados como T. S. Eliot, quando refletem sobre a sua própria atividade:

Probably the larger part of the labour of an author in composing his work is critical labour; the labour of sifting, combining, constructing, expunging, correcting, testing: this frightful toil is as much critical as creative. (Eliot, 1923, p. 30, citado em Small (2013)) // Provavelmente a maior parte do trabalho de um autor ao criar a sua obra é trabalho crítico: peneirar, combinar, construir, depurar, corrigir, testar. Esta tarefa inglória é tão crítica como criativa. (tradução minha)

E invoco a prática comum, pelo menos nos Estados Unidos, mas que vem se disseminando também noutros países, de ter “escritores fantasmas” para ajudar a dizer, redigir, transformar em texto, algo que o verdadeiro autor quer dizer ou contar. Se o caso mais gritante são biografias de políticos, esta prática acontece mais e mais, sobretudo como parcerias, em livros de divulgação e livros didáticos. Veja-se também a grande saída que autores como Bill Bryson, originalmente jornalista mas convertido em escritor divulgador de profissão, têm, escrevendo livros sobre a história da ciência e da tecnologia como Bryson (2003), que mencionarei mais adiante.

*

Linguatca e Universidade de Oslo, Noruega. E-mail: d.s.m.santos@ilos.uio.no

Penso que ambas as situações indicam claramente que «o que escrever» não pode ser dissociado do «como escrever». A escrita envolve sempre um que, e um como.

E ilustro com uma situação concreta que vivi e nunca esqueci: nos meus primeiros anos da universidade (engenharia eletrotécnica e de computadores) na (na altura) mais prestigiada universidade do país nesse ramo, a Universidade Técnica de Lisboa, tínhamos várias cadeiras de Física no curso. Ora havia dois livros para uma cadeira, entre os quais podíamos escolher: o Landau e o Feynman (ambos traduzidos para português?¹). Ambos apresentavam a “mesma” matéria, ambos eram escritos pelas maiores autoridades na área, uma russa, outra americana. Ambos tinham sido escritos por personalidades com longa experiência de ensino, e os professores portugueses aparentemente não conseguiam decidir qual seria melhor (ou havia partidários de ambos no departamento de Física). O que os professores nos diziam logo, quando confrontados com a inevitável pergunta “porquê dois livros sobre o mesmo assunto?”, é que o estilo (e consequentemente o volume) dos livros era abissalmente diferente. O Landau era um volume fininho, de capa dourada, e “estava lá tudo”, mas com o mínimo de palavras. Não era um livro com menos informação ou menos pensado; pelo contrário, tinha sido escrito de forma a minimizar o número de páginas, mas com uma correção exemplar. Quanto ao Feynman, que penso ser conhecido de todos os leitores atuais, visto que é dos mais mediáticos cientistas da nossa era, explicava todas as coisas de três maneiras diferentes, falava com o leitor, lembrava a sua infância e invocava fenómenos do dia a dia – e, por isso, o livro em si tinha três vezes mais páginas do que o do Landau.

Se invoco este exemplo aqui (ao estilo de Feynman, e de Rómulo de Carvalho antes dele), é para desde já calar a possível objeção de que o como se diz “depende do assunto ou da área”. Depende, certamente, mas aqui têm um caso em que a área e o assunto são rigorosamente os mesmos, e o que muda é o estilo do autor.

Recordo também o comentário de Gilberto Freyre sobre a não aceitação do seu estilo – e da sua sociologia no Brasil, precisamente porque escrevia de forma literária e não científica, em Freyre (1968). E, para trazer outra achega ainda mais atual à chamada linguagem das ciências, aconselho a leitura da obra de Boaventura Sousa Santos (1987) sobre esse tema.

2. Os termos técnicos são denotativos, a linguagem literária é conotativa...?

Outra afirmação que me parece importante rebater é a convicção de que a linguagem literária é usada pelas conotações, enquanto a científico-técnica é essencialmente denotativa. Esta dicotomia já foi problematizada por muitos antes de mim, veja-se por exemplo Ottoni (2005) explanando as posições de Derrida, Rónai e dele próprio sobre esta questão.

Quero realçar aqui a importância do léxico, das comparações e das metáforas num texto científico, e daí a importância de que este seja “domesticado”² pela tradução quando se trata de um texto didático.

¹ Consegui encontrar o livro de Landau e Lifschitz em português, mas não o de Feynman, por isso talvez este fosse em inglês, francês ou espanhol.

² A terminologia da domesticação e da estrangeirização faz parte do arsenal básico dos Estudos de Tradução. Penso que foi inicialmente introduzida por Schleiermacher em alemão e divulgada em inglês como *foreignization* e *domestication* por Venuti (1995). Muito simplificadamente, são estratégias que o tradutor pode usar para lidar com as diferenças culturais: por exemplo, estrangeirizar o português, ou domesticar a obra original para um público brasileiro. Já Catford (1967) discute, embora não lhe dando nomes, as mesmas opções.

Uma das mais terríveis constatações na minha vida como pesquisadora e, como tal, orientadora de pessoas mais jovens do que eu, foi a do impacto negativo que termos em língua estrangeira (no caso, termos em inglês no discurso de jovens com língua materna portuguesa) têm na compreensão de uma disciplina científica, no meu caso a informática. Se as pessoas usam os termos na outra língua a pensar que eles definem “realidades objetivas”, não conseguem explicar, nem perceber, ou melhor apropriar-se, dos próprios conceitos.

Porque, ao contrário do que as pessoas pensam, os termos técnicos na outra língua têm conotações nessa língua, que os fazem muito mais compreensíveis e lógicos aos falantes. Foi por isso que as pessoas os começaram a usar, não para designar um conceito completamente diferente que não existia antes no imaginário dos falantes.

Ou seja, muitos (senão a maioria) dos termos técnicos acontecem por analogia com outras situações já conhecidas e “apropriadas” pelos falantes, não são “conjuntos de letras” tiradas da cartola de um mágico. E por isso se usam termos da água para a eletricidade: fluxo, corrente; e termos do dia a dia para a estatística: *Stichprobe* em alemão, porque no tempo do comércio hanseático se fazia um buraco, ou melhor picava os sacos com cereais para confirmar se o que lá estava eram cereais e não areia... ou *amostra* (de pano) em português, porque era costume dar uma amostra de pano para ser lavado, comparado com o resto dos tecidos, e visto a todas as luzes antes de o comprador se decidir a levar metros e metros de pano.

É por isso que a mim, criada no tempo dos telefones fixos, e treinada na nomenclatura de *impedido* (por analogia com caminhos que não se podiam percorrer) me choca a nova terminologia de *ocupado* (vindo do inglês *busy*), que me lembra e lembrará sempre o domínio das filas nas casas de banho (banheiros, no Brasil) públicas. Não estou a implicar que um conjunto de metáforas é mais correto do que outro, estou simplesmente a mostrar que termos técnicos têm conotações, e que é precisamente por mudar de um domínio conceitual para outro que este caso em particular me choca.

Além disso, choca-me por demonstrar também a falta total de sensibilidade linguística dos alguns tradutores (poderão ser realmente chamados tradutores?) de assuntos técnicos, que impõem na vida de todos uma mudança radical sem o mínimo respeito pela cultura e pela realidade dos povos a quem trazem a tecnologia. Estes localizadores baratos podem não merecer a honra de serem considerados tradutores, mas têm, infelizmente, uma influência imensa na vida diária e na consciência linguística de um povo (ou de vários povos).

De facto, se dar um nome é uma coisa muito importante em todas as culturas, e a mudança de nome, os nomes inomináveis, os heterónimos, os pseudónimos, etc. são acontecimentos inquestionavelmente importantes na história da humanidade, a existência e banalização do fenómeno da tradução tem ajudado a depreciar essa atividade tão cheia de sentido, a de batizar, transformando-a numa mera capacidade técnica (feita, em geral, por pessoas sem qualquer formação linguística ou terminológica).

Na minha opinião, a terminologia ou linguagem técnica é a apropriação (mais do que legítima!) de termos da linguagem comum para uma técnica ou área específica, de forma a significar algo mais preciso, a necessitar de definição e de consenso. O termo (nessa acepção) passa a ser privado de uma disciplina e de um conjunto de iniciados, nem sempre sem lutas e mal-entendidos. De facto, muitas vezes há várias escolas ou grupos que reivindicam um mesmo termo... Não é preciso ir mais longe do que a linguística para conhecer várias escolas funcionais; ou saber que a linguística cognitiva não é uma parte da ciência cognitiva! E lembrar que existem duas disciplinas chamadas lógica matemática e lógica filosófica, porque matemáticos e filósofos não

concorda(ram) no que é lógica! Para uma saudável introdução à problemática da terminologia feita por uma terminóloga em honra de outra, vale ler Finatto (2015). E para exemplos pertinentes de menções a escolas linguísticas apropriadas a um público alemão mas não brasileiro na obra de Lothar Hoffmann, ver Finatto e Zilio (2015:73).

No fundo, nada mais natural que, por osmose, termos da linguagem corrente passem para a ciência e termos da linguagem científica passem para a linguagem corrente;³ mais interessante ainda é quando ciência obsoleta (geralmente medicina) está entretecida na língua de todos os dias... e por exemplo em português falamos em *maus fígados* e *coração mole* como descrições de personalidade. Ou, para descrever uma pessoa em fúria, falamos coloridamente em *subiram-lhe os azeites* ou a *pimenta chegou-me ao nariz* ou *subiu-lhe o sangue à cabeça*.

O meu argumento não está, porém, completo se eu não demonstrar também que muitas das características definitórias de um texto literário se encontram em textos técnicos.

Uma das características que define a literatura é a intertextualidade, ou seja, a referência implícita a outros textos do cânone – o que, na tradução, levanta a dificuldade de manter a relevância das citações e das referências a outros textos não conhecidos pela audiência. (Fazendo um parêntesis, muitos tradutores traduzem como se a falta de contexto cultural não fosse um problema... como se por exemplo um brasileiro ou um português tivesse de conhecer tão bem os trocadilhos de Lewis Carroll como um inglês que os recebeu na infância... o que eu chamo snobismo intelectual.)

Um dos meus primeiros choques com a dita (ou falta da dita) intertextualidade foi quando comecei a ler literatura científica em inglês, e me espantei com coisas que não faziam sentido (ainda): porque é que um dos artigos mais célebres da inteligência artificial se chama(va) “What’s in an arc?”? Em vez de (a minha proposta ingénua da altura): “o estatuto epistemológico dos arcos nas redes semânticas”... Mais tarde vim a perceber que era uma referência à célebre tirada de Shakespeare, “What’s in a name?”, que todos os académicos de língua inglesa conhecem... ao mesmo tempo que me apercebi de que muitos textos bem escritos, em inteligência artificial e noutras áreas, usam, para convencer e interessar o leitor, uma panóplia de mecanismos literários culturalmente condicionados.

É também por isso que o projeto “Vencer o Adamastor”, no meu tempo um projeto muito importante no INESC (INESC, 1994), fazia todo o sentido para portugueses ou falantes da língua portuguesa, que ouviram falar do Adamastor desde a tenra idade, que o tiveram de ler em Camões e noutros poemas, e que viram centenas de ilustrações (ou mesmo estátuas), mas que seria muito difícil de traduzir para outras línguas. O Adamastor é pois nosso, constituinte do nosso imaginário e da nossa identidade, mas não necessariamente fácil de comunicar a outras comunidades sem usar notas de rodapé.

Outra das ideias falsas do nosso tempo é a de que a linguagem científica é internacional, independente da língua – ou que o deva ser. O que isso costuma significar, é que se quer que todos escrevam na mesma língua (em latim, em inglês, em chinês...), mas não pode nunca significar – porque é falso – que é independente da língua. Porque uma língua é muito mais do que um conjunto de termos, é um conjunto de atitudes, de conotações, de formas de comunicar.

E dou a palavra a dois estudiosos da língua nessa vertente: o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que sugeriu o conceito de epistemicídio (literalmente, assassinato de outras formas de conhecer), e a tradutora e estudiosa de tradução Karen

³ Sobre este fenómeno, veja-se o texto de Hoffmann, publicado em alemão em 2000 e em português em 2015 (Finatto e Zilio, 2015, p. 29-30)

Bennett, que comparou rigorosamente a forma de expressão em português e em inglês em várias disciplinas do conhecimento (ciências naturais, sociologia e letras) e mostrou que a retórica e as normas eram radicalmente diferentes nas duas línguas. (Ver, respetivamente Santos (2014) e Bennett (2010).)

Encontramo-nos, portanto, nesta época da globalização, numa encruzilhada em relação à comunicação e à tradução: se, por um lado, é uma vantagem que povos de todo o mundo consigam comunicar e participar num conhecimento global, isso parece estar-se a fazer à custa precisamente do direito de esses povos (neste caso representados pelas suas línguas) poderem exprimir-se e pensar na sua própria língua. O que é, evidentemente, um contrassenso: só pode pensar se pensar como eu?

Não estou neste momento preocupada com a sensibilidade ou a emoção: em relação a essa, é possível traduzir (ter traduzidos) textos (literários) de outras culturas – estou neste momento a pensar nos Estados Unidos. Mas textos técnicos ou científicos em português, quantos são traduzidos para inglês? Muito poucos, precisamente porque se espera que tudo o que é técnico e científico possa ser “igualmente” escrito em língua inglesa.⁴ É também contra isso que me insurjo aqui. E que vou tentar explicar porquê.

3. O papel da educação

Mas, antes disso, uns comentários sobre a educação.

3.1 O pensamento pedagógico de Delfim Santos

Um sistema de educação socialmente ajustado, de acordo com Delfim Santos (2011), tem três níveis: o técnico, o científico e o filosófico. No primeiro nível da educação há a técnica, os nomes, como fazer. Um técnico de redes informáticas tem de saber o que é um cabo co-axial, o que é uma placa VGA. Um técnico de química tem de saber o que é uma proveta e o que é a eletrólise; um técnico de culinária tem de saber o que é um banho-maria ou um refogado. Um técnico de arqueologia, por fim, tem que saber como escavar e como tratar os objetos que escava.

Nem todos numa sociedade têm de ir mais longe, nem todos têm de saber porquê estas coisas são assim e assim foram chamadas, mas quem sentir apetência, curiosidade e capacidade, pode (deve) estudar a ciência subjacente á técnica que domina. Porque é que são precisos cabos dessa forma e como se inventou esse protocolo; porque é que a eletrólise acontece e o que é uma reação química, e como se descobriu; como é que o corpo humano reage a diferentes substâncias, quais as tradições culturais da região e porquê; porque é que a escavação naquele sítio faz sentido numa dada teoria da História e o que se pretende indagar...

A maior parte das pessoas ficará contente com essas respostas.

Outros ainda, uma minoria pensante, ainda quer ir mais além e perguntar perguntas mais abstratas ainda: O que nos faz felizes? O que nos distingue dos animais? Porque existimos? O que é o bem e o mal? Esses, não contentes ainda com a descrição física, social ou cultural, têm de se dedicar à filosofia. Mas neste modelo, terão de ser

⁴ Para quem se entusiasmou, no Brasil e em Portugal, com o livro de Bill Bryson de divulgação científica sobre a história de quase tudo..., faltou dizer, no título das traduções e nas resenhas, “sob uma perspetiva anglo-saxónica”. E isso é muito importante. Nenhuma história ou divulgação é culturalmente neutra, e Bill Bryson, que só fala inglês (como confessa, aliás, sem problemas) apenas leu fontes em inglês.

técnicos aptos, e cientistas encartados, antes de se dedicar às perguntas primordiais – nada mais diferente do que o modelo anglo-saxónico de especialização rápida mutuamente exclusiva, em que uma pessoa pode tirar um curso de filosofia sem saber nada da vida, “valendo” (?) o mesmo que um curso de química ou de agropecuária.

Embora isto pareça semelhante à revolução cultural maoísta, é profundamente diferente: Os níveis elevados são atingidos por vocação, enquanto os níveis inferiores fazem parte dos direitos individuais – todo o cidadão tem direito a aprender uma técnica que lhe permita ganhar a vida, e, simultaneamente, ter acesso a escalões superiores do saber (não necessariamente económicos). A este propósito deveríamos também citar como proposta importante e inovadora os textos de Freyre sobre o ócio e a sua argumentação a favor da necessidade de um universitário conhecer artes várias para escolher uma para o seu tempo de lazer (Freyre, 1973).

Não está aqui em questão advogar uma reforma fundamental da educação, nem em Portugal nem no Brasil, mas sim mostrar que, se virmos estes três níveis do conhecimento como hierarquicamente dependentes e relacionados, o primeiro estágio da formação é o conhecimento dos conceitos e das ferramentas da área (na sua própria língua), o segundo a explicação científica dos mesmos e dos fenómenos que pressupõem, mas virada para a prática e para o histórico da vida da pessoa (e portanto não noutra língua) e, finalmente, a procura das causas iniciais, que, essa sim, poderá requerir e ganhar com o conhecimento de outras culturas, de outras vivências, de outras línguas: e por isso muitos filósofos de língua materna portuguesa aprendem alemão, grego antigo... ou línguas orientais como o hindu ou o chinês.

Na minha opinião, só ao nível da filosofia se deve exigir o conhecimento de outras línguas.⁵ Fazer ciência deve ser uma atividade relacionada com o nosso dia a dia e portanto levada a cabo na nossa língua, como argumentado por Matos (1992).

3.2 Ilacões a retirar pelas agências de financiamento

Gostaria de insistir no seguinte: Se, na prática, as traduções são insuficientes ou inexistentes, e portanto se tem de aprender outra língua para avançar, isso não é um argumento para aprender outra língua, é antes um argumento para se investir em boas traduções...

Se as agências de financiamento, em vez de apostarem no ensino indiscriminado do inglês – que é de momento a língua “científica” – apostassem na publicação de obras de qualidade em português em todos os ramos da ciência, isso repercutir-se-ia numa qualidade muito superior, e num impacto portanto muito maior, através de uma tradução posterior para o inglês e outras línguas dos resultados mais interessantes e importantes, e até na vinda de cientistas estrangeiros para o Brasil e para Portugal, interessados em beber da fonte os últimos resultados.

Obrigar, pelo contrário, toda a massa científica (e até técnica) a também dominar uma língua estrangeira e os conceitos e a forma de escrever nessa língua, é prejudicial para ambas as áreas do conhecimento (a técnico-científica e a linguística), e é muito pouco eficiente em termos de recursos financeiros na educação.

Outra crítica, já que estou lançada, é a medição cega da qualidade através da (quantidade da) publicação. Muitas experiências e trabalhos podem levar anos a executar, não implicando menos qualidade (pelo contrário) do que artigos escritos em

⁵ Estou-me a referir exclusivamente ao ensino do saber a uma população monolíngue. Pode haver (e há) muitas outras razões válidas para aprender outras línguas.

dois dias. Como é que o número de artigos pode ser comparável se o trabalho subjacente a artigos diferentes pode diferir em várias ordens de magnitude? E como é que a qualidade pode ser medida pelo número de vezes que um artigo é citado? Artigos “chatos” podem reflectir muito mais qualidade do que artigos polémicos, escritos precisamente para provocar. Como mencionado em Wilson (2007), a ciência é feita de tijolos... cada tijolinho ajuda a construir um edifício maior. Mas os tijolos têm de aguentar o peso, não podem ser feitos de ar. Medir cada tijolo pela sua capacidade de chamar a atenção é confundir um trabalho científico com um programa de televisão! Esse sim, provavelmente bem medido pelo número de pessoas que ficam interessadas a vê-lo. Mas as capacidades reprodutórias de um inseto (por exemplo) não serão nunca para a maioria das pessoas um “best seller”, o que não significa que não tenham revolucionado a visão do mundo através da teoria da evolução. Felizmente (podemos dizê-lo!) Darwin não estava sujeito às regras miópicas da burocracia de apoio à pesquisa, que certamente lhe teria negado apoio e exigido que se dedicasse (desculpem o anacronismo) ao estudo da resposta dos votantes no twitter... ou nos pios, em bom português, que é certamente uma área que está bombando, mas cujo interesse científico está longe de ser óbvio (percebe-se, infelizmente, a sua necessidade ao nível da segurança dos Estados, e como sabemos a ciência foi sempre financiada em relação à utilidade que o poder via nela).

4. Voltando à terminologia, e a sua relação com a literatura

A literatura tem várias funções. E embora seja, nas palavras do meu colega Björn Frölich, a única disciplina que não consegue definir o seu objeto, ou melhor, não consegue sequer ter critérios operacionais para definir se um dado texto é literário ou não, podemos mencionar algumas das suas características: tem valor estético, pode ter valor moral e pedagógico. Muita literatura tem uma mensagem, é ou foi escrita com um dado objetivo; assim como muita outra literatura foi usada com outros objetivos, por vezes diametralmente opostos à intenção original.⁶

Ora uma particularidade interessante acerca do texto literário em si é que, por definição, não contém terminologia literária... ao contrário de um texto de química, ou de informática, ou de filosofia, que pressupõe que se fale de química com palavras da química, de informática com palavras da informática, e por aí adiante.

Mas a terminologia da literatura (no sentido de estudos literários) muito raramente⁷ se encontra num texto literário! Não fala em rima, em intertextualidade, em metáfora, ou em narradores oniscientes... Ou seja, a crítica literária, ou um texto sobre literatura, é um género completamente distinto daquilo que critica ou comenta.

Isso permite identificar uma obra literária pela ausência de terminologia associada a uma área? Não necessariamente, porque quase todas as obras literárias são situadas numa época especial e numa realidade especial, e por isso podem ter associada terminologia específica. Por exemplo, uma obra passada numa realidade associada a cavalos, terá muita terminologia da equitação, uma obra passada num convento, muita terminologia religiosa, uma obra passada nos bas-fonds de Oslo, muitos termos de droga e de armas, enquanto uma obra de ficção científica ou mágica desenvolverá uma terminologia específica para descrever a nova “realidade”.

⁶ É certo que nem todos os estudiosos de literatura concordam com a definição da mesma... veja-se Ellis (1997) para uma postura muito crítica sobre a evolução desta área.

⁷ Só se o texto for sobre escritores ou críticos literários.

O que podemos estar certos é que a densidade da terminologia é completamente diferente (menor), e que outros campos semânticos – geralmente de emoções, de reflexão, e de descrição estética – aparecem proeminentemente (claro, isto depende da obra em questão, e do formato empregue). Também, falando agora de obras em português, existe uma muito maior variedade de tempos verbais.

Mas a minha sugestão é que existe um contínuo entre uma obra de literatura e uma obra técnica e não um fosso completo. Existem ou podem existir partes descritivas numa obra literária que têm de ser adequadas terminologicamente (e socialmente) – e que são em muitos casos fontes históricas sobre o dia a dia de uma sociedade – e existem partes que descrevem opiniões, sentimentos e ações (fictícias). Num texto técnico essas partes são acessórias e reduzidas, mas não inexistentes, e a maior parte do texto foca-se numa área especializada e apela ao intelecto ou compreensão do leitor e não aos seus sentimentos ou reações.

Contudo, e como mencionado no princípio deste texto, o autor de um texto científico (ou técnico, ou filosófico) tem a necessidade de cativar o leitor, apelando para a sua curiosidade, para a sua criatividade, para a sua imaginação, para o seu sentido prático. Por isso não é de admirar que um dos textos de disseminação científica mais conhecidos em Portugal (de Rómulo de Carvalho⁸), que fez seguidores, apela ao leitor da mesma maneira (no mesmo estilo) que os romances de Júlio Dinis, um dos autores mais lidos naquela época. Seguem-se excertos da prosa de cada um:

Desculpe a pergunta: o meu amigo já viu alguma vez a sua cara? [...]
Faça assim. Comece por deitar pouca água no frasco, rolhe-o e ponha-o na água da panela. Deve ter ficado a flutuar. Tire-o daí e deite-lhe um pouco mais de água, mas só algumas gotas. Experimente a ver se flutua. Flutua? Deite-lhe mais umas gotas. Foi para o fundo? Tire-lhe um pouco de água. É só uma questão de paciência e de cuidado, como disse. Basta uma gota de água para estragar tudo. [...] Ora aqui tem um submarino. O que o meu amigo fez foi um submarino. (Carvalho, 1968)

E, muito tempo depois de os ver passar, ali se conservou imóvel, como olhar vago, a fronte inclinada e o seio inquieto. O que ia neste momento por o coração da pobre rapariga? Adivinha-o decerto a leitora, se já pensou na delicada sensibilidade deste carácter de mulher. [] Em situações, como esta, opera-se em nós uma espécie de separação em duas entidades de sentir contrário. [...] Afinal de contas a boa da rapariga tinha um coração de mulher. Perdoem-lhe esta fraqueza. Não há carácter humano, que as não tenha iguais; assim fora possível sujeitá-los à rigorosa análise de seus mais recônditos mistérios. (Dinis, 1972[1866], p. 86-87)

Embora me pareça um pouco exagerado dizer que Júlio Dinis foi precursor de Freud, como afirma Egas Moniz⁹ no seu livro sobre o autor português (Moniz, 1924), é inegável que os dois tipos de literatura ajudam a formar um indivíduo, incutindo-lhe valores, formas de pensar, além de textos de que se lembrará ao ler algo parecido...

E se olharmos para o panorama dos textos pedagógicos ou de divulgação, que até poderíamos considerar um novo género, ou um género em profunda evolução, não

⁸ Ver a página sobre este cientista no sítio do Instituto Camões, em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p24.html>.

⁹ Egas Moniz foi um médico psiquiatra de relevo em Portugal (recebeu aliás o Prémio Nobel da Medicina, embora por algo que, mais tarde, se veio a provar errado, a lobotomia), mas que se dedicou também de corpo e alma à edição e publicação da obra de Júlio Dinis, seu colega e antecessor na Faculdade de Medicina do Porto. Além da edição das obras de Júlio Dinis, escreveu vários textos em jornais em defesa dele, e fez mesmo investigação histórica sobre ele, tendo o resultado sido publicado no livro que menciono a seguir. Veja-se Cruz (2014) para compreender a importância que estes dois médicos ainda hoje têm no imaginário coletivo da profissão.

podemos deixar de observar que existem vários textos híbridos, mais do que interdisciplinares: desde o magistral *Le Ton Beau de Marot* (Hofstadter, 1987) à recente introdução aos métodos estatísticos em forma de romance policial ou político (Linebach et al., 2014).

5. A teoria da linguagem, a tradução e o português internacional

Voltemos por um instante à linguística, ou melhor, à língua como objeto de pesquisa... Ellis (1993:1) defende magistralmente a ideia que a língua como objeto de pesquisa está intimamente ligada a vários ramos do conhecimento, partilhando, além disso, o seu núcleo entre a filosofia e a linguística. Segundo ele, novas ideias na teoria da linguagem não só podem ter um impacto noutros campos do saber, mas até mesmo revolucioná-los. Vemos aqui – se concordarmos com ele – a centralidade deste nosso instrumento cognitivo, emotivo e comunicativo.

Embora num nível diferente, penso que o impacto de novas teorias de tradução teve ou poderá ter consequências na prática dos tradutores e na percepção do público sobre os textos que “consoam”, dá valor, e eventualmente personifica.

Gostaria assim de repetir aqui o meu apelo já formulado em Santos (2016) a brasileiros e portugueses (e outros falantes do português, de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde, de São Tomé, de Timor...) em relação à tradução: que se unam em torno de um português internacional, tentando que as traduções sejam escritas nessa “variante”, ou melhor, nessa tentativa de construção de algo facilmente compreensível por todos; e que, no âmbito da tradução mas não só, tentem harmonizar as adaptações, empréstimos e neologismos em todo o mundo em que se fala português.

Este é um apelo, portanto, antes de mais à união dos cientistas e terminólogos em língua portuguesa para se reforçarem mutuamente. E, porque não, parece-me importante salientar a necessidade de fundir o terminólogo com o perito, em vez de constituírem classes à parte.

6. E a criatividade?

Outra das questões que aproximam a tradução da escrita original é a necessidade de uma criatividade elevada na construção de um texto traduzido. Ao contrário de Baker (1996), que alvitra que o tradutor não deve ser criativo para os leitores não pensarem estar em presença de uma tradução literal, ou de uma má tradução, penso que uma tradução, por ser feita com um conjunto de restrições maior do que um texto original, requer efetivamente maior criatividade para ter sucesso.

E que a própria escolha dos termos, quando o tradutor é também terminólogo, é um caso de criação cuja complexidade é raramente devidamente salientada. Não se trata de pegar na palavra ou expressão mais parecida com a da língua fonte, mas sim apreciar todas as conotações e semelhanças e as relações sintagmáticas e paradigmáticas com o resto do léxico e com o espírito da língua, assim como escolher termos que possam, por um lado, invocar familiaridade no leitor e, por outro, ajudá-lo a compreender o conceito. Por vezes trata-se de cunhar um novo termo na nossa língua, alargando-a sem a maltratar.

Certamente que o próprio conceito de criatividade não é linear, mas baseando-nos simplesmente na etimologia podemos salientar que um tradutor cria um novo texto, um tradutor muitas vezes até cria um novo género textual, um terminólogo cria um novo termo ou explica um novo conjunto de conceitos. São pois criadores, ou co-criadores, de conteúdo e forma linguística. E, também, de novas audiências. E aqui quero salientar

que a escrita, seja literária ou não, assume, e repousa sobre hipóteses feitas também pelo escritor-tradutor sobre a audiência, como alega McMurry (2015).

Não podemos esquecer um dos mais criativos teorizadores da tradução, Walter Benjamin, que sugere precisamente a metáfora da transplantação, da recriação, para explicar esse fenômeno omnipresente mas não menos complexo por essa razão. Afinal, como argumenta Steiner (1975), o que nos deve surpreender é a necessidade constante, na sociedade humana, de fazer pontes entre diferentes línguas e linguagens.

E, voltando à semelhança entre um texto literário e um texto técnico ou especializado, veja-se Finatto (2011) argumentando a favor da metaforização técnica

[...] uma linguagem científica ou técnica não se faz assim apenas em função dos seus termos “técnicos” (FINATTO, AZEREDO, 2010, p.560), que cada vez mais parecem figurar também na linguagem cotidiana. Por isso, um outro traço de especificidade do texto científico, explorado por Ciapuscio em trabalho mais recente (CIAPUSCIO, 2005) é também a presença de metaforizações. Conforme a autora, as metáforas seriam um elemento extremamente interessante nos distintos estágios do continuum da comunicação da ciência, desde a criação de conhecimentos no âmbito mais especializado até sua divulgação para o público leigo.

Considerações Finais

Há muitos anos, mais precisamente em 1999, apresentei um primeiro texto, a propósito da tradução automática, a criticar o fosso entre as duas traduções (a literária e a técnica), num seminário dedicado ao tema da tradução técnica, texto esse, ainda acessível na internet em Santos (1999), que nunca foi publicado. Quando a Maria José Finatto me convidou para participar neste livro, pensei que o poderia ressuscitar... mas acabei por escrever um texto novo. Afinal, já passaram quase duas décadas sobre o primeiro, por isso deveria ser possível aduzir mais argumentos e exemplos – sobretudo depois de ensinar estudos de tradução nos últimos anos. Em cuja atividade, aliás, encontro sempre os mesmos estereótipos iniciais no meus alunos.

Também o meu próprio percurso intelectual em relação à tradução automática teve as suas curvas e contracurvas e se pode dizer que está bem mais burilado agora. Embora continue a afirmar convictamente que a tradução humana (bem feita) é uma das atividades mais complexas a que um ser humano se pode dedicar, e continue a sugerir que a tradução automática deva ser baseada nesse exemplo (e, portanto, em corpos paralelos e monolíngues de textos apropriados), penso que a existência da tradução automática presente (e, digamos mesmo, omnipresente) na internet também tem os seus perigos. Em primeiro lugar, o da simplificação e adulteração das línguas, produzindo um “maquinês”; em segundo, o da transformação da tradução (institucional, administrativa) numa atividade que não passa pelo controle humano, com os problemas que daí advêm; e, finalmente, o perigo de que sistemas automáticos ao serviço de governos não democráticos possam de facto controlar, filtrando e censurando, num grau muito mais elevado do que atualmente, o conhecimento e a informação a que os seus cidadãos têm acesso.

De um ponto de vista científico (senão filosófico), insisto que a (escolha da) terminologia deve ser feita – na sua língua materna – por peritos na área, de preferência em consenso com os seus pares (no caso do português, ou doutras línguas pluricontinentais, doutros países também), e explicando, quando possível, a razão das suas opções. Apenas depois de a escolha ter sido consagrada, faz sentido, e é útil, que

um sistema de apoio à tradução, ou um tradutor automático, proponha consistentemente os termos aprovados pela comunidade.

Citando Bakhtin (1986:7, citado em Santos, 2015:220)

A meaning only reveals its depths once it has encountered and come into contact with another, foreign meaning; they engage in a kind of dialogue... We seek answers to our own questions in [the foreign culture]; and [it] responds to us by revealing to us new aspects and new semantic depths... // Um sentido apenas revela toda a sua profundidade quando reconhece e entra em contacto com outro sentido a ele estranho, levando a um diálogo... Procuramos respostas às nossas perguntas numa cultura estrangeira, que nos responde revelando-nos novos aspetos e profundezas de sentido inimaginadas...

oxalá que um autêntico diálogo cultural possa permear a terminologia e a tradução para a língua portuguesa!

Referências

BAKER, Mona. Corpus-based translation studies: The challenges that lie ahead. In Harold Somers (ed.), *Terminology, LSP and Translation: Studies in language engineering in honour of Juan C. Sager*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1996, p. 175-86.

BENNETT, Karen. Academic Discourse in Portugal: A whole different ballgame? *Journal of English for Academic Purposes* número [9 (1)], 2010, p. 21-32.

BRYSON, Bill. *A Short History of Nearly Everything*. 2003. Traduzido para *Breve história de quase tudo* no Brasil por Companhia das Letras, 2005, e por *Breve história de quase tudo: uma viagem pela ciência, divertida, prática e muito bem documentada*, em Portugal por Bertrand Editora, 2009.

CARVALHO, Rómulo de. *A Física para o povo*. Coimbra: Atlântida, 1968, reeditado como *A Física no dia-a-dia*, Lisboa: Relógio d'Água, 1996, com pref. de José Mariano Gago.

CATFORD, J.C. *A Linguistic Theory of Translation: An Essay in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1967.

CRUZ, Jorge. Este Cavaleiro é João Semana. *Acta Med Port* [27 (1)], 2014, p. 148-150.

DINIS, Júlio. *As pupilas do senhor reitor*. 1.ª edição: 1866, em folhetins no *Jornal do Porto*. Livraria Figueirinhas: 1972.

ELIOT, T.S. The Function of Criticism. 1923. In T. S. ELIOT, *Selected Essays, 1917-1932*, Londres: Faber, 1932.

ELLIS, John M. *Language, Thought and Logic*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1993.

ELLIS, John M. *Literature Lost: Social Agendas and the Corruption of the Humanities*. New Haven: Yale University Press, 1997.

FINATTO, Maria José Bocorny. Complexidade textual em artigos científicos: contribuições para o estudo do texto científico português. *Organon*, 25 (50), 2011, <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28340/16989>

FINATTO, Maria José Bocorny. Estudos de Terminologia no Brasil: diálogos com Portugal. In Alberto SIMÕES, Anabela BARREIRO, Diana SANTOS, Rui SOUSA-SILVA & Stella E.O. TAGNIN (eds.), *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se Cruzam. Homenagem a Belinda Maia*, OSLa, Vol. 7, No 1 (2015), p. 223-234.

FINATTO, Maria José Bocorny & Leonardo ZILIO (orgs.) *Textos e Termos por Lothar Hoffmann: um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas*. Gráfica e Editora Palotti, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Como e Porque sou e não sou sociólogo*. Brasília, 1968.

FREYRE, Gilberto. Em torno de alguns aspectos do que precise de ser educação de jovens e de não jovens para uma época de tempo mais livre. In Gilberto FREYRE, *Além do apenas moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular*. Rio de Janeiro, 1973, p. 122-131.

HOFSTADER, Douglas R. *Le Ton beau de Marot: In praise of the Music of Language*. Basic Books, 1997.

INESC. *Vencer o Adamastor: A Segunda Década*. INESC, 1994.

LANDAU, L. & E. LIFSHITZ. *Mecânica*. Moscovo: Editora Mir, 1978, trad. Edmundo da Silva Braga.

LINEBACH, Jared A., B. P. TESCH & L. M. KOVACSIS. *Nonparametric Statistics for Applied Research*. Springer International Publishing AG, 2014.

MATOS, Francisco Gomes de. O Cientista de Língua Portuguesa e seus Direitos Linguísticos. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 7, 1992, p. 79-81.

MCMURRY, Margarida. *The Role of Assumptions in Author-Text-Audience Relationships: An Analysis of the Creative and Reading Processes in Narrative Fiction*. PhD dissertation, University of Oslo, Faculty of Humanities, November 2015.

MONIZ, Egas. *Júlio Denis (sic!) e a sua obra*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1924 (1ª. Edição). Porto: Livraria Civilização, 1946. Civilização Brasileira, 1950.

OTTONY, Paulo. A formação do tradutor científico e técnico necessária e impossível. In *Actas do Seminário de Tradução Técnica e Científica em Língua Portuguesa*, Lisboa, Portugal, 1998, pp. 92-95, republicado em Ottony, Paulo. *Tradução Manifesta: Double Bind e Acontecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1.a edição, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder - London: Paradigm Publishers, 2014.

SANTOS, Delfim. *Obras completas*. 3 volumes. Lisboa: Fundação Gulbenkian. 3ª edição revista e ampliada, 2011.

SANTOS, Diana. O computador e a tradução. Apresentado no *II Seminário de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa* (Lisboa, 22 a 24 de Novembro de 1999). <http://www.linguateca.pt/Diana/download/SantosSeminTradTecnica99.pdf>

SANTOS, Diana. Português internacional: alguns argumentos. In TEIXEIRA, José Sousa (Org.). *O Português como Língua num Mundo Global: problemas e potencialidades*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2016, p. 51-68.

SMALL, Helen. *The Value of the Humanities*. Oxford University Press Online, 2013.

STEINER, George. *After Babel: aspects of language and translation*. Oxford: Oxford University Press, 1st edition 1975.

VENUTI, Lawrence. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. 1995. Revised edition: Abingdon, Oxon, UK: Routledge, 2008

WILSON, David Sloan. *Evolution for Everyone: How Darwin's Theory Can Change the Way We Think About Our Lives*. Delacorte Press. 2007.